

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/5197	12163/2024	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DMG - DIREÇÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

ASSUNTO: Informação do fiscal único sobre a situação económica e financeira – 1º semestre de 2024 – setor empresarial local

Considerando que:

1. A alínea h) do número 6 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na redação atual, estabelece que compete ao fiscal único remeter semestralmente ao órgão executivo da entidade pública participante informação sobre a situação económico e financeira da empresa local;

Propõe-se que:

1. A Câmara Municipal, tome conhecimento da informação semestral do fiscal único sobre a situação económica e financeira das empresas municipais, 1º semestre de 2024, e submeta os mencionados documentos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para conhecimento e apreciação da Assembleia Municipal.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DO ORGÃO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO
DE BRAGA
Praça do Município,
4700-435 Braga

Braga, 5 de dezembro de 2024.

Assunto: Informação Semestral do Revisor Oficial de Contas/Fiscal Único

Exmos. Senhores,

Vimos pelo presente, junto remeter a V. Exas a Informação do 1º Semestre de 2024, da seguinte entidade:
Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga - E.M.

Sem outro assunto, apresentamos a V. Exa. os nossos melhores cumprimentos, subscrevendo-nos,

De V. Exa.

Atentamente,





(artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga - E.M.

1.º Semestre de 2024



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO
- III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
- VII. CONCLUSÃO





I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de Fiscal Único da **Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga - E.M.** (a entidade) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do regime jurídico da atividade empresarial local), dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da entidade.

Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2024.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2024 (que evidencia um total de 155 305 289 euros e um total de capital próprio de 75 675 942 euros, incluindo um resultado líquido de 2 908 898 euros) e à Demonstração dos Resultados que nos foram apresentados pela Administração relativamente ao semestre em causa, bem como aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculámos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhes atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a) A preparação do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas intercalares, reportadas a 30 de junho de 2024, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.

III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 01 de janeiro de 2024 a 30 de junho de 2024.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações ao órgão de gestão, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão da Qualidade ISQM 1 e, consequentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. As rubricas de Ativos fixos tangíveis e de Participações financeiras assumem-se como as mais significativas do ativo não corrente da entidade, representando aproximadamente 66% do valor líquido total do ativo, à data de 30 de junho de 2024. Importa ainda referir que os ativos fixos tangíveis (representativos de 62% do ativo líquido total) incluem investimentos em curso, no montante de 5 171 922 euros, e que a participação financeira corresponde a 79% do capital da entidade "Braval – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A." ("Braval"), encontrando-se a mesma mensurada de acordo com o método de equivalência patrimonial. A este respeito, importa referir que em consequência do Decreto-Lei n.º 70/2023, de 22 de agosto, foi solicitada a prorrogação da concessão do atual sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos nos municípios do Baixo Cávado até 31 de dezembro de 2024, o que determinará a extinção da participada Braval e, dessa forma, poderá ter efeitos materialmente significativos no ativo, capital próprio e resultado líquido da entidade, por via da aplicação do método da equivalência patrimonial em relação a esta participação, ainda que, com base na informação disponível à data, não seja possível quantificar os eventuais ajustamentos necessários.



2. O Ativo corrente da entidade sofreu um aumento de aproximadamente 1% face à situação evidenciada em 31 de dezembro de 2023, essencialmente devido às rubricas de Outros créditos a receber.
3. Na rubrica de Outros créditos a receber encontra-se reconhecido o montante de 36 841 852 euros, que a entidade espera receber do Município de Braga, a título de indemnizações compensatórias (subsídios à exploração) referentes aos exercícios de 2013 a 2023, o que origina um efeito de sobreavaliação de igual montante no capital próprio, razão pela qual a nossa certificação legal das contas dos exercícios anteriores tem vindo a incluir uma opinião modificada quanto a essa matéria, uma vez que o recebimento destes montantes se encontrava dependente da tramitação formal e regulamentar do Tribunal de Contas e/ou da Tutela. Quanto ao exercício de 2024, o montante considerado no 1º semestre relativo a indemnizações compensatórias, de 3 641 962 euros, terá por base um contrato programa a celebrar com o Município de Braga, sobre o qual ainda não emitimos o respetivo Parecer Prévio. Importa ainda destacar o facto de ter sido aprovado por maioria em Assembleia Geral de acionistas um contrato de gestão delegada entre a entidade e o Município de Braga, pelo que alertamos para a necessidade da análise dos eventuais efeitos do mesmo na situação explicitada anteriormente.
4. Quanto ao passivo, constatamos que as rubricas de Acionistas, Financiamentos obtidos e Outras dívidas a pagar são as mais expressivas, representando cerca de 43%, 34% e 12% do total do passivo apresentado em 30 de junho de 2024, respetivamente.
De referir que o saldo refletido no passivo não corrente, na rubrica de Outras dívidas a pagar, é referente ao ajustamento de imposto sobre os subsídios ao investimento.
5. Em relação à situação patrimonial apresentada em 31 de dezembro de 2023, verificou-se uma diminuição do passivo em cerca 1%, em grande parte decorrente da rubrica de Financiamentos obtidos. Salientamos a importância de ao semestre reverem a divisão entre passivo corrente e não corrente desta rubrica.
6. Quanto à rubrica de Resultados transitados, o aumento da referida rubrica reflete a transferência do resultado líquido apurado em 2023, ainda sem a respetiva aplicação/distribuição deliberada na Assembleia Geral de aprovação de contas de 2023 (Ata n.º 63, de 16/09/2024).



7. A rubrica de Ajustamentos/outras variações no capital próprio inclui um saldo de 11 835 885 euros, que diz respeito a subsídios ao investimento de caráter não reembolsável, líquidos dos respetivos ajustamentos de impostos. Tais subsídios são objeto da correspondente imputação a rendimento, na rubrica de Outros rendimentos, na proporção das depreciações dos ativos subsidiados.
8. A referida rubrica de Ajustamentos/outras variações no capital inclui ainda os ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial sobre a participação financeira na Braval, ascendendo em 30 de junho de 2024 ao montante de 4 741 651 euros.

V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

Da conta de resultados salientamos os seguintes aspetos:

1. O resultado líquido do período findo em 30 de junho de 2024 apresenta uma diminuição em cerca de 15% relativamente ao período homólogo. O aumento verificado no volume de negócios e nos subsídios à exploração é superado pelo aumento nos gastos, nomeadamente nas rubricas de fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, existindo ainda aumentos significativos nas rubricas de outros gastos e nos juros e gastos similares suportados.
2. A rubrica de Subsídios à exploração apresenta neste período um saldo de 3 651 377 euros, referente essencialmente ao reconhecimento de indemnizações compensatórias que a entidade espera receber do Município de Braga, conforme referido no ponto 3. acima, quanto à rubrica de Outros créditos a receber.

VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na abordagem deste capítulo limitamo-nos a breves comentários sobre a evolução de alguns rácios económico-financeiros, que entendemos contribuir para ilustrar a performance operacional e a situação patrimonial da entidade:

Rácios	jun/24	dez/23	Variação
Liquidez Geral (AC/PC)	0,92	0,84	0,08
Autonomia Financeira (CP/A)	49%	48%	1 p.p.
Solvabilidade (CP/P)	95%	91%	4 p.p.
Endividamento (P/A)	51%	52%	-1 p.p.

Legenda: AC – Ativo corrente PC – Passivo corrente A – Ativo P – Passivo CP – Capital Próprio





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

1. O rácio de liquidez geral mantém, no final do primeiro semestre do ano 2024, valores ligeiramente inferiores à unidade, o que em termos práticos significa que os ativos correntes da entidade ascendem a valores próximos dos compromissos de curto prazo.
2. Quando comparado com o final do exercício de 2023, o total do capital próprio apresenta um aumento, quer pelos motivos já explanados nos pontos anteriores, quer pelo facto de incorporar um resultado do período referente ao semestre em análise. Em 30 de junho de 2024 a entidade apresenta uma autonomia financeira de 49%, o que é revelador de uma estrutura de capitais equilibrada, na medida em que cerca de metade do seu ativo é financiado por capitais próprios.
3. A combinação do aumento do capital próprio (referida na nota anterior), com a diminuição do passivo, em relação a 31 de dezembro de 2023, provocou um aumento de cerca de 4 p.p. no rácio de solvabilidade e, concomitantemente, uma quebra de aproximadamente 1 p.p. no rácio de endividamento. No entanto, importa salientar que os referidos rácios comprovam a capacidade de autofinanciamento da entidade, com base maioritariamente em fundos próprios, em detrimento de financiamento externo.

VII. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado, e excetuando as limitações descritas no ponto IV – 1. e 3., nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela entidade **Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga - E.M.** para o período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2024, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente. Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração.

Braga, 5 de dezembro de 2024.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)





Relatório às Contas Semestrais

30 de junho de 2024



Nota Introdutória:

Em conformidade com as práticas de anos anteriores, e em cumprimento do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nomeadamente do artigo 42.º, o Administrador Executivo dá conhecimento ao Conselho de Administração da BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., do Relatório às Contas relativo ao 1.º Semestre de 2024, composto por:

- 1) Balanço
- 2) Demonstração dos Resultados
- 3) Execução do Orçamento dos Rendimentos
- 4) Execução do Orçamento dos Gastos



1) **Balço**

RUBRICAS	UNIDADE MONETÁRIA (1)	
	DATAS	
	30/06/2024	31/12/2023
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	14 126 969,88	14 211 612,40
Ativos intangíveis	123 795,30	126 347,76
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	44 610,00
Investimentos em curso	5 505 382,32	3 154 974,71
Outros ativos financeiros	9 016,80	9 935,83
	19 765 164,30	17 547 480,70
Activo corrente		
Devedores por transferências e subsídios	1 607 453,99	1 071 303,31
Cientes, contribuintes e utentes	1 125 947,80	1 056 172,51
Estado e outros entes públicos	7 849,36	2 917,13
Outras contas a receber	218 461,50	187 982,33
Diferimentos	93 587,66	64 817,91
Caixa e depósitos	359 638,51	261 806,56
	3 412 938,82	2 644 999,75
Total do activo	23 178 103,12	20 192 480,45
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital	12 500 000,00	12 500 000,00
Prémios de emissão	166 247,42	166 247,42
Outros instrumentos de capital	71 300,23	71 300,23
Reservas	43 237,00	41 467,00
Resultados transitados	-2 263 608,05	-2 297 132,08
Outras variações no Património Líquido	3 623 665,91	3 623 665,91
Resultado líquido do período	60 815,02	35 294,03
Total do Património Líquido	14 201 657,53	14 140 842,51
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Outras contas a pagar	1 027 653,46	1 027 653,46
	1 027 653,46	1 027 653,46
Passivo corrente		
Credores por transferências de subsídios	1 916 078,11	1 128 084,84
Fornecedores	211 263,94	276 055,48
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	23 416,16	15 652,96
Estado e outros entes públicos	181 255,31	118 443,66
Financiamentos obtidos	1 152 617,06	195 000,00
Fornecedores de investimentos	718 481,28	553 217,11
Outras contas a pagar	651 652,55	535 185,33
Diferimentos	3 094 027,72	2 202 345,10
Total do passivo	8 976 445,59	6 051 637,94
Total do capital próprio e do passivo	23 178 103,12	20 192 480,45

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhar



Ativos fixos tangíveis

O esforço de investimento da BragaHabit continua a estar orientado para as grandes obras de reabilitação no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência. O seu registo é efetuado na rubrica de investimentos em curso até à data de conclusão de cada reabilitação.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada 1/01/2024	Adições	Depreciações do período	Quantia escriturada 30/06/2024
Terrenos e recursos naturais	3 027 734,68			3 027 734,68
Edifícios e outras construções	11 115 431,79		-84 103,74	11 028 112,16
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	68 445,93	12 018,87	-12 557,65	71 123,04
Total	14 211 612,40	12 018,87	-96 661,39	14 126 969,88

Ativos intangíveis

ATIVOS INTANGÍVEIS	Quantia escriturada 01/01/2024	Adições	Depreciações do período	Quantia escriturada 30/06/2024
Aquisição direito Superfície antiga escola Celeiros	126 347,76		-2 552,46	123 795,30
Total	126 347,76	0,00	-2 552,46	123 795,30

Investimentos em curso

INVESTIMENTO EM CURSO	Quantia escriturada 01/01/2024	Adições	Transferências	Quantia escriturada 30/06/2024
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	3 154 974,71	2 350 407,61		5 505 382,32
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo				0,00
	0,00			0,00
Total	3 154 974,71	2 350 407,61	0,00	5 505 382,32

Devedores por transferências e subsídios

Registamos como valores a receber os subsídios não reembolsáveis contratados no âmbito das candidaturas aprovadas no âmbito do Programa Portugal 2020 e do Programa de Recuperação e Resiliência.



Inclui ainda a parcela referente ao contrato-programa para 2024 que será recebida até ao final do ano.

RUBRICAS	30-06-2024	31-12-2023
Projeto reescrever o Nosso Bairro	22 408,32	22 408,32
Norte 2020 Reabilitação do BS de Santa Tecla	0,00	208 415,36
Indemnização compensatória	900 000,04	0,00
Comparticipação dos projetos de aquisição e reabilitação no âmbito do PRR	678 619,74	829 850,92
Instituto de Emprego e Formação Profissional	6 425,89	10 628,71
Total devedores por subsídios	1 607 453,99	1 071 303,31

Caixa e bancos

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	30-06-2024	31-12-2023
Caixa	255,32	0,00
Depósitos bancários à ordem	134 424,84	202 244,37
Depósitos de garantias e caucões	224 958,35	59 562,19
Total	359 638,51	261 806,56

Outras contas a pagar – não correntes

Corresponde aos ajustamentos contabilísticos relacionados com os subsídios não reembolsáveis relativos aos programas de reabilitação urbana.

Outras contas a pagar – correntes

Inclui os valores das caucões retidas aos fornecedores de investimento relativos às obras de reabilitação urbana.

Diferimentos

Regista 6 meses de indemnização compensatória por efeito da sua periodização anual. Regista também os subsídios não reembolsáveis no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência de acordo com as obras já realizadas.



2) Demonstração dos Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		30/06/2024	30/06/2023
Prestações de serviços	1	1 128 605,46	1 077 758,18
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	2	908 317,38	774 999,98
Fornecimentos e serviços externos	3	-985 233,84	-804 715,78
Gastos com pessoal	4	-919 816,92	-670 694,35
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		43 087,37	12 883,93
Outros gastos e perdas		-1 974,06	-39 874,75
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		172 985,39	350 357,21
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-99 213,85	-88 419,16
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		73 771,54	261 938,05
Juros e rendimentos similares obtidos			0,00
Juros e gastos similares suportados		-12 956,52	0,00
Resultado antes de impostos		60 815,02	261 938,05
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		60 815,02	261 938,05

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

- 1) Inclui os rendimentos provenientes do arrendamento apoiado, o valor correspondente aos serviços prestados na área da educação, quer nos apoios socioeducativos quer na manutenção das escolas. Inclui também o valor proveniente da atividade do Human Power Hub – Centro de Inovação Social de Braga.
- 2) Corresponde ao cronograma financeiro proveniente do contrato-programa assinado com a Câmara Municipal de Braga.
- 3) Inclui os gastos estruturais e correntes e os gastos com aquisição de serviços na área da educação, nomeadamente as refeições escolares.
- 4) Inclui apenas os gastos diretos com pessoal com contrato de trabalho.
- 5) O método de depreciação utilizado é o método da linha reta, o que é consistente com o que foi aplicado em períodos anteriores. Corresponde ao valor do período decorrido entre o dia 1 de janeiro e o dia 30 de junho de cada ano.



Execução do orçamento dos rendimentos

RENDIMENTOS	Orçamento 2024	1 semestre 2024		Execução Acumulada - %	Execução Acumulada - €
		1º Trimestre	2º Trimestre		
Prestações de serviços:					
Subarrendamento	149 147,76	42 091,59	42 214,03	56,52%	84 305,62
Arrendamento	287 278,80	70 527,20	69 873,20	48,87%	140 400,40
Residências partilhadas	13 135,00	3 390,50	3 314,50	51,05%	6 705,00
Apoios socio educativos	1 453 498,71	298 249,50	296 128,99	40,89%	594 378,49
Outros serviços prestados	581 000,00	171 996,78	122 327,31	50,66%	294 324,09
Redêbito das despesas	20 000,00	4 016,29	4 475,57	42,46%	8 491,86
Total de prestações de serviços	2 504 060,27	590 271,86	538 333,60	45,07%	1 128 605,46
Sub. Exploração - Ind.Compensatória	1 800 000,00	450 000,00	450 000,00	50,00%	900 000,00
Outros subsídios exploração	277 038,60		8 317,38	0,00%	8 317,38
Total de subsídios à exploração	2 077 038,60	450 000,00	458 317,38	43,73%	908 317,38
Outros rendimentos e ganhos	10 000,00	11 053,89	32 033,48	430,87%	43 087,37
TOTAL DE RENDIMENTOS	4 591 098,87	1 051 325,75	1 028 684,46	45,31%	2 080 010,21

O grau de execução do orçamento relativo aos rendimentos situou-se próximo dos 45,31% com valores que totalizam cerca de 2 080 010 euros:

- Na rubrica de subarrendamento que inclui a modalidade de arrendamento acessível, verificou-se a manutenção do número de contratos existentes no trimestre anterior.
- No arrendamento apoiado o valor desceu ligeiramente face ao período anterior pois a BragaHabit recebeu duas habitações: uma por entrega pelo inquilino outra por tomada de posse judicial. No final do 2º trimestre realizaram-se dois novos contratos de arrendamento.
- Nos serviços prestados nas escolas, a execução orçamental está dentro do que tem sido a norma neste período do ano.
- No que diz respeito ao rendimento dos serviços de manutenção nas escolas e da atividade do Human Power Hub, a execução orçamental encontra-se dentro do estimado para o presente ano.



Execução do orçamento dos gastos

GASTOS	Orçamento 2024	1 semestre 2024		Execução Acumulada - %	Execução Acumulada - €
		1º Trimestre	2º Trimestre		
Fornecimentos e serviços externos:					
Apoios sócio-educativos	684 992,94	112 624,50	194 778,93	44,88%	307 403,43
Trabalhos especializados	384 864,73	73 666,04	56 313,26	33,77%	129 979,30
Conservação e Reparação	161 650,00	31 016,11	30 441,61	38,02%	61 457,72
Materiais	30 790,00	2 324,77	3 769,54	19,79%	6 094,31
Eletricidade e água	40 000,00	10 339,92	14 414,08	61,89%	24 754,00
Combustíveis	10 000,00	4 437,19	2 664,07	71,01%	7 101,26
Rendas pagas aos proprietários	708 421,74	155 513,28	155 788,69	43,94%	311 301,97
Despesas de condomínio	30 000,00	7 861,76	14 350,11	74,04%	22 211,87
Locação operacional	43 903,11	6 862,55	6 002,70	29,30%	12 865,25
Comunicação	31 260,00	7 163,52	6 574,37	43,95%	13 737,89
Seguros	12 000,00	2 367,30	2 570,55	41,15%	4 937,85
Contencioso e notariado	50 000,00	45 796,46	527,17	92,65%	46 323,63
Vigilância e segurança	44 889,20	6 792,51	6 720,09	30,10%	13 512,60
Limpeza, higiene e conforto	11 500,00	1 829,46	1 455,48	28,56%	3 284,94
Formação	10 000,00	3 579,80	3 711,80	72,92%	7 291,60
Outros	112 792,62	6 397,05	6 579,17	11,50%	12 976,22
Total de fornec. e serv. externos	2 367 064,34	478 572,22	506 661,62	41,62%	985 233,84
Gastos com pessoal:					
Remunerações dos órgãos sociais	53 725,00	14 359,74	8 144,60	41,89%	22 504,34
Remunerações do pessoal	1 544 548,19	405 075,68	311 005,77	46,36%	716 081,45
Encargos sobre remunerações	337 811,00	89 694,66	79 211,12	50,00%	168 905,78
Outros	42 168,00	6 206,17	6 119,18	29,23%	12 325,35
Total gastos com pessoal	1 978 252,19	515 336,25	404 480,67	46,50%	919 816,92
Outros gastos:					
Outros gastos e perdas	11 000,00	303,26	1 670,80	17,95%	1 974,06
Gastos de depreciação	190 000,00	49 541,74	49 672,11	52,22%	99 213,85
Total outros gastos operacionais	201 000,00	49 845,00	51 342,91	50,34%	101 187,91
Gastos e perdas por juros e outros encargos	35 000,00	2 673,30	10 283,22	37,02%	12 956,52
TOTAL DE GASTOS	4 581 316,53	1 046 426,77	972 768,42	44,07%	2 019 195,19

O grau de execução trimestral do orçamento relativo aos gastos foi de 44 %, totalizando um valor de cerca de 2 019 195 €. Os gastos com as principais rubricas de fornecimentos externos apresentam o seguinte comportamento:

- Os gastos com apoios socioeducativos situam-se dentro dos valores habituais para esta época do ano.
- Os trabalhos especializados estão relacionados com o setor de informática, com os serviços necessários ao desenvolvimento da atividade do Human Power Hub e com a atividade de manutenção de escolas.
- No gasto com rendas a pagar aos proprietários o grau de execução orçamental está dentro das estimativas iniciais.
- As despesas relativas aos condomínios recuperaram neste trimestre, como tem sido norma nesta rubrica da despesa.
- A locação operacional de equipamentos ganha importância este ano com a realização de um contato de locação de equipamento informático e a previsão de aquisição de uma carrinha para realizar a manutenção nas escolas.



- Os gastos com conservação e reparação têm origem em queixas apresentadas pelos inquilinos. No 2º trimestre, os principais problemas continuam a ser as anomalias nas canalizações de água, as anomalias em revestimentos interiores e nas caixilharias e portas exteriores.
- Os gastos com a vigilância e segurança estão dentro dos valores estimados para o período.

Braga, 22 de outubro de 2024

O Conselho de Administração,



João Vasconcelos
Barros Rodrigues
Presidente



Carlos Alberto da
Fonte Videira
Administrador Executivo



Carla Maria Ferreira
Sepúlveda
Vogal





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

(artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, EM

1.º Semestre de 2024





ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO
- III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
- VII. CONCLUSÃO





I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de Fiscal Único da **BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.** (a entidade) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do regime jurídico da atividade empresarial local) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da entidade.

Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2024.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2024 (que evidencia um total de 23 178 103 euros e um total de património líquido de 14 201 658 euros, incluindo um resultado líquido de 60 815 euros), à Demonstração dos Resultados que nos foram apresentados pela Administração Executiva relativamente ao semestre em causa, bem como aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculámos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhes atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a) A preparação do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas intercalares, reportadas a 30 de junho de 2024, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2024.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.





Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações ao órgão de gestão, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão da Qualidade ISQM 1 e, consequentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. Cerca de 61% do Ativo líquido, à data de 30 de junho de 2024, refere-se à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, incluindo os Investimentos em curso. Reiteramos a chamada de atenção para a necessidade de avaliações atualizadas para os imóveis, de forma a garantir a adequada valorização dos mesmos e a inexistência de quaisquer indícios de imparidade, nas demonstrações financeiras do período a findar a 31 de dezembro de 2024.
2. Os Investimentos em curso apresentam um incremento face ao período anterior de cerca de 74%, estando esta evolução justificada pelas obras em curso iniciadas em 2023, inseridas nas candidaturas de diversos projetos de Plano de Recuperação e Resiliência (1º Direito IRHU), com especial incidência no Bairro das Andorinhas e na Praça Padre Sena de Freitas.
3. A rubrica de Devedores por transferências e subsídios apresenta ao semestre uma variação positiva de cerca de 50% quando comparada com 31 de dezembro de 2023. A referida rubrica inclui essencialmente os montantes referentes a subsídios ao investimento do programa Norte 2020 e 1º Direito IRHU, com especial destaque para os Projetos de Reabilitação de Santa Tecla, Bairro das Andorinhas e Praça Padre Sena de Freitas, refletindo ainda os saldos com o Município de Braga decorrentes do contrato-programa, na proporção relativa ao semestre.





4. Salientamos ainda que no primeiro semestre de 2024 não foi tida em consideração a política de reconhecimento de imparidades em saldos a receber preconizada pela entidade, uma vez que não foi registado qualquer montante relativo a imparidades sobre dívidas a receber, embora existam saldos pendentes com elevada antiguidade. Esta situação deverá ser objeto de análise para efeitos do fecho de contas do exercício de 2024.
5. A rubrica de Outras variações no património líquido representa cerca de 26% do património líquido total, sendo o seu saldo maioritariamente composto por subsídios ao investimento obtidos pela entidade, com carácter não reembolsável, líquido do correspondente ajustamento de imposto.
6. Quanto ao passivo da entidade, este sofreu um incremento de 48% (cerca de 2 924 808 euros) relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2023, fundamentalmente explicado pelo aumento ocorrido nas rubricas de Financiamentos, Credores por Transferências e Subsídios e Diferimentos. Quanto aos Financiamentos obtidos, a variação é justificada pela maior necessidade de recurso a fundos alheios, para fazer face aos investimentos que se encontram em curso. Já os Credores por transferências e subsídios, o saldo da rubrica resulta da aprovação dos projetos em curso, com submissão a fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (1ºDireito IRHU). A rubrica de Diferimentos, por seu lado, está relacionada com o Contrato-Programa com o Município de Braga, o qual ao semestre se encontra reconhecido apenas na proporção correspondente, na rubrica de Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos, ficando o restante montante diferido (situação que em 31 de dezembro de cada ano fica regularizada).

V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

Da conta de resultados salientamos os seguintes aspetos:

1. O resultado líquido do primeiro semestre de 2024 apresenta-se positivo em 60 815 euros, o que denota uma evolução negativa face ao período homólogo, no qual o resultado ascendeu ao montante de 261 938 euros.
2. Esta variação negativa do resultado líquido em comparação com o período homólogo encontra-se essencialmente influenciada pelo aumento das rubricas de Gastos com o





pessoal e Fornecimentos e serviços externos, as quais estão intimamente relacionadas com o desenvolvimento da atividade operacional e com a execução dos investimentos que a Bragahabit se encontra a realizar.

3. O resultado operacional evidencia uma variação negativa na ordem dos 72% (cerca de 188 167 euros) face ao período homólogo, justificada pelas variações acima enunciadas e pelo aumento das depreciações em cerca de 12% face ao período homólogo, decorrente da conclusão de obras (Bairro Santa Tecla) em 31/12/2023.

VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na abordagem deste capítulo limitamo-nos a breves comentários sobre a evolução de alguns rácios económico-financeiros, que entendemos relevantes para ilustrar a performance operacional e a situação patrimonial da entidade:

Rácios	jun/24	dez/23	Var. Abs.
Liquidez Geral (AC/PC)	0,43	0,53	-0,10
Autonomia Financeira (PL/A)	61%	70%	- 9 p.p
Solvabilidade (PL/P)	158%	234%	-75 p.p
Endividamento (P/A)	39%	30%	9 p.p

AC – Ativo corrente PC – Passivo corrente A – Ativo P – Passivo PL – Património Líquido

O rácio de liquidez geral mantém, no final do primeiro semestre de 2024, valores inferiores à unidade, apresentando um decréscimo quando comparado com a situação verificada em 31 de dezembro de 2023, o que traduz uma maior dificuldade por parte da entidade em satisfazer os compromissos de curto prazo, com recurso aos seus ativos correntes. Todavia, importa notar que esta liquidez se encontra dependente das transferências do Município de Braga, por via do Contrato-Programa, e dos recebimentos dos clientes, sendo que este último fator representa alguns constrangimentos para a entidade, devido à natureza da atividade que esta desenvolve.

Em relação ao rácio de autonomia financeira, este diminuiu 9 p.p. quando comparado com o período transato, essencialmente devido à estabilização do património líquido e ao aumento de 15% do ativo. Ainda assim, a entidade apresenta à data de 30 de junho de 2024 uma autonomia financeira de 61%, o que é revelador de uma estrutura de capitais equilibrada, na medida em que a maior parte do seu ativo é financiado por capitais próprios.





No que respeita ao equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, e tendo em conta o rácio de solvabilidade, verificámos uma quebra acentuada, em termos relativos, quando comparada com o período anterior, decorrente do incremento de 48% do passivo, quando o património líquido se manteve relativamente estável.

Concomitantemente, quanto ao rácio de endividamento, este apresenta um incremento de aproximadamente 9 p.p. face a 31 de dezembro de 2023, explicado pelo aumento do passivo (48%) em proporção maior do que a variação ocorrida no ativo (15%).

VII. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado, ressaltando os aspetos descritos ao longo deste documento, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela entidade **BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.** para o período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2024, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente, ainda que seja importante continuar o processo de melhoria que a entidade tem vindo a implementar, com vista ao cumprimento rigoroso de todos os requisitos previstos no referido normativo, fundamentalmente no que se refere à contabilidade orçamental e contabilidade de gestão.

Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração, apesar do atual contexto de incerteza e instabilidade sentido a nível nacional e internacional.

Braga, 30 de outubro de 2024.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.
(SROC 153, CMVM 20161463)





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

(artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

FAZ CULTURA - EMPRESA MUNICIPAL DE CULTURA DE BRAGA, E.M.
(anteriormente designada Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.)

1.º Semestre de 2024





ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO
- III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
- VII. CONCLUSÃO





I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de Fiscal Único da **FAZ CULTURA - EMPRESA MUNICIPAL DE CULTURA DE BRAGA, E.M.** (a entidade ou Faz Cultura) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do regime jurídico da atividade empresarial local) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da empresa.

Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2024.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2024 (que evidencia um total de 3 625 745 euros e um total de património líquido de 2 244 340 euros, incluindo um resultado líquido de 362 025 euros) e à Demonstração dos Resultados que nos foram apresentados pela Administração relativamente ao semestre em causa, bem como aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculámos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhe atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a) A preparação do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas intercalares, reportados a 30 de junho de 2024, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.

III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2024.





O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações ao órgão de gestão, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão da Qualidade ISQM 1 e, consequentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. Cerca de 59% do Ativo líquido refere-se à rubrica de Ativos fixos tangíveis, sendo que esta corresponde, em grande medida, ao montante registado nas rubricas de Terrenos e de Edifícios, rubricas em relação às quais sugerimos particular atenção e uma monitorização regular quanto à efetiva titularidade, valorização e mensuração dos ativos.
2. O ativo total da Faz Cultura apresenta um aumento de cerca de 20% em relação a 31 de dezembro de 2023, sendo que os aumentos mais significativos decorrem das rubricas de Caixa e depósitos e Clientes, contribuintes e utentes (dos quais se destacam a CTB - COMPANHIA DE TEATRO DE BRAGA, C.R.L. e o MUNICÍPIO DE BRAGA).
3. Quanto ao passivo, constatamos que a rubrica de Diferimentos se afigura como a mais significativa, representando cerca de 25% do total do passivo a 30 de junho de 2024. O saldo desta última resulta, em grande medida, do diferimento de subsídios à exploração.





4. O passivo total da entidade aumentou cerca de 22% relativamente ao período transato, essencialmente em resultado do incremento da rubrica acima evidenciada e da rubrica de fornecedores.

V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

Da conta de resultados salientamos os seguintes aspetos:

1. O resultado líquido do primeiro semestre de 2024 apresenta-se positivo em 362 025 euros, o que denota uma evolução favorável em relação ao período homólogo, o qual foi positivo em 196 500 euros. Este aumento é, em grande medida, explicado pela rubrica de Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos.
2. Os subsídios à exploração obtidos de maior relevância referem-se ao Contrato Programa (indenizações compensatórias) com o Município de Braga.
3. Em termos gerais, reiteramos a necessidade de uma contínua revisão e monitorização dos processos e procedimentos de controlo interno da entidade, atendendo também aos riscos e desafios colocados pelo novo normativo contabilístico, bem como pelo clima de incerteza e instabilidade do ponto de vista macroeconómico, gerado pelas situações de conflitos geopolíticos que se verificam a nível mundial.

VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na abordagem deste capítulo limitamo-nos a breves comentários de alguns dos rácios que apurámos e que se nos afiguram mais relevantes:

Rácios	jun/24	dez/23	Var. Abs.
Liquidez Geral (AC/PC)	1,30	0,97	0,33
Autonomia Financeira (PL/A)	62%	62%	0 p.p.
Solvabilidade (PL/P)	162%	166%	-4 p.p.
Endividamento (P/A)	38%	38%	0 p.p.

Legenda: AC – Ativo corrente PC – Passivo corrente A – Ativo P – Passivo PL – Património Líquido

O rácio de liquidez geral apresenta, no final do primeiro semestre do ano 2024, valores superiores à unidade, o que em termos práticos significa que a entidade dispõe de ativos correntes mais que suficientes para satisfazer os seus compromissos de natureza corrente





(curto prazo). No entanto, esta liquidez encontra-se em grande medida dependente das transferências do Município de Braga, quer por via do Contrato-Programa, quer por via dos serviços que lhe são prestados.

Em relação ao rácio de autonomia financeira, este manteve-se praticamente inalterado quando comparado com o período transato. A entidade apresenta uma autonomia financeira de 62%, o que é revelador de uma estrutura de capitais equilibrada, na medida em que a maior parte do seu ativo é financiado por capitais próprios.

No que respeita ao rácio de solvabilidade, por sua vez, verificámos uma diminuição do mesmo (4 p.p.) face a dezembro de 2023, em virtude do incremento ocorrido no passivo. No entanto, mantém-se o equilíbrio financeiro global, conforme referido anteriormente.

Quanto ao rácio de endividamento, este também se mantém praticamente inalterado face a 31 de dezembro de 2023, devido a um aumento do passivo em termos relativos ligeiramente superior ao verificado no ativo, e em linha com a situação patrimonial e financeira descrita.

VII. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela entidade **FAZ CULTURA - EMPRESA MUNICIPAL DE CULTURA DE BRAGA, E.M.** para o período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2024, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente.

Salientamos também que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração.

Braga, 28 de outubro de 2024.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.
(SROC 153, CMVM 20161463)





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DO ORGÃO EXECUTIVO DO MUNICIPIO
DE BRAGA
Praça do Município,
4700-435 Braga

Braga, 04 de outubro de 2024.

Assunto: Informação Semestral do Revisor Oficial de Contas

Exmos. Senhores,

Vimos pelo presente, junto remeter a V. Exas a Informação do 1º Semestre de 2024, da seguinte entidade:
IB – Agência par a Dinamização Económica, E.M.

Sem outro assunto, apresentamos a V. Exa. os nossos melhores cumprimentos, subscrevendo-nos,

De V. Exa.

Atentamente,

Código Validação: 7KRAP9FDYKCHGNXEE26FFJ2LS
Verificação: <https://braga.balcasaletronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma eSPPublic/Gestiona | Página 32 / 47





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

(artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto)

IB – Agência Para a Dinamização Económica, E.M.

1.º Semestre de 2024





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO
- III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
- VII. CONCLUSÃO





I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de Fiscal Único da **IB – Agência Para a Dinamização Económica, E.M.** (a entidade) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do regime jurídico da atividade empresarial local) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da empresa.

Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2024.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2024 (que evidencia um total de 1 234 212 euros e um total de capital próprio de 393 906 euros, incluindo um resultado líquido de 40 419 euros) e à Demonstração dos Resultados que nos foram apresentados pela Administração Executiva relativamente ao semestre em causa, bem como aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculámos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhe atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

I. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a) A preparação do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas intercalares, reportadas a 30 de junho de 2024, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.

II. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2024.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade





que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações ao órgão de gestão, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão da Qualidade ISQM 1 e, consequentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

III. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. No ativo as rubricas mais significativas são: Clientes, com um peso de 52% no ativo líquido total, Ativos fixos tangíveis (representando cerca de 31%), e Caixa e Depósitos Bancários (cerca de 9%).
2. O total do ativo da entidade sofreu uma diminuição de aproximadamente 20%, quando comparado com a posição financeira a 31 de dezembro de 2023, para a qual contribuiu decisivamente a rubrica de Caixa e Depósitos Bancários, cuja diminuição ascendeu a cerca de 156 000 euros (cerca de 58%). Também a rubrica de Outros Créditos a Receber teve uma diminuição de 56% em relação a 31 de dezembro de 2023 (cerca de 80 511 euros), justificada pela regularização de saldos relativos aos eventos em aberto de anos anteriores e realizados em 2024.
3. Salientamos ainda que no primeiro semestre de 2024 não foi tida em consideração a política de reconhecimento de imparidades/reversões em saldos a receber preconizada pela entidade, sendo essa análise efetuada com maior detalhe aquando do encerramento do exercício.





- #### IV. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

1. O resultado líquido do semestre em análise apresenta um decréscimo de 53% face ao período homólogo, passando de 85 302 euros para 40 419 euros. A variação descrita é explicada fundamentalmente pelo aumento das rubricas de fornecimentos e serviços externos e de gastos com pessoal (cerca de 140 000 euros de incremento em relação ao período homólogo, correspondente a 10% de variação relativa), o qual se revelou mais do que proporcional ao aumento das vendas e serviços prestados (cerca de 92 400 euros, correspondente a quase 7 % de variação relativa).
2. Neste semestre verifica-se um aumento do rédito proveniente dos serviços prestados, de cerca de 7% em relação ao período homólogo.





3. Ao nível dos gastos, tal como mencionado anteriormente, as rubricas mais expressivas são as de fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, as quais sofreram aumentos face ao período homólogo, ambas na ordem dos 10%.
4. A rubrica de Outros gastos evidencia uma diminuição de cerca de 24 500 euros em relação ao período homólogo, o que representa em termos relativos uma variação de 37%, sendo a mesma explicada fundamentalmente pela diminuição na atribuição de prémios de concurso inerentes à atividade.

V. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na abordagem deste capítulo limitamo-nos a breves comentários sobre a evolução de alguns rácios económico-financeiros, que entendemos relevantes para ilustrar a performance operacional e a situação patrimonial da entidade:

Rácios	jun/24	dez/23	Var. Abs.
Liquidez Geral (AC/PC)	0,99	0,94	0,05
Autonomia Financeira (CP/A)	32%	23%	9 p.p
Solvabilidade (CP/P)	47%	30%	17 p.p.
Endividamento (P/A)	68%	77%	-9 p.p.

Legenda: AC – Ativo corrente / PC – Passivo corrente / A – Ativo / P – Passivo / CP – Capital Próprio

O rácio de liquidez geral mantém, no final do primeiro semestre do ano 2024, valores na ordem da unidade. Em termos práticos, tal significa que a entidade tem vindo a conseguir satisfazer os seus compromissos de curto prazo, com recurso ao ativo corrente.

Em consequência do crescimento do valor do capital próprio acompanhado da diminuição do ativo, o rácio de autonomia financeira aumentou cerca de 9 p.p., quando comparado com o período transato e ascende a 32%, à data de 30 de junho de 2024.

No que respeita ao equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, assistimos a um aumento do rácio de solvabilidade em 17 p.p., o qual é explicado pela conjugação entre o aumento do capital próprio e a redução do passivo.

O rácio de endividamento apresenta, por sua vez, uma diminuição de 9 p.p. face a dezembro de 2023, explicada pela diminuição do passivo superior, em termos relativos, à diminuição do ativo.

Código Validação: 7KRAP9FDYKCHGNXE26FFJ2LS
Verificação: <https://braga.balcãoeletronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma eSistema Público Gestiona | Página 38 / 47





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

VI. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela entidade **IB – Agência Para a Dinamização Económica, E.M.** para o período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2024, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente. Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração.

Braga, 30 de setembro de 2024.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.
(SROC 153, CMVM 20161463)



EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DO ORGÃO EXECUTIVO DO MUNICIPIO
DE BRAGA
Praça do Município,
4700-435 Braga

Braga, 5 de dezembro de 2024.

Assunto: Informação Semestral do Fiscal Único

Exmos. Senhores,

Vimos pelo presente, junto remeter a V. Exas a Informação do 1º Semestre de 2024, da seguinte entidade:
TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.

Sem outro assunto, apresentamos a V. Exa. os nossos melhores cumprimentos, subscrevendo-nos,

De V. Exa.
Atentamente,





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

(artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.

1.º Semestre de 2024





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO
- III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
- VII. CONCLUSÃO





I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de Fiscal Único da **TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.** (a entidade ou “TUB”) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do regime jurídico da atividade empresarial local) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da entidade.

Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2024.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2024 (que evidencia um total de 52 095 866 euros e um total de património líquido de 12 750 041 euros, incluindo um resultado líquido de 192 012 euros) e à Demonstração dos Resultados que nos foram apresentados pela Administração relativamente ao semestre em causa, bem como aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculámos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhes atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

Como nota prévia consideramos relevante referir que ainda se encontra em curso a implementação do atual normativo contabilístico - SNC-AP, com vista ao cumprimento de todos os requisitos exigidos pelo referido normativo em termos de contabilidade orçamental e de gestão, prevendo-se que este processo esteja concluído até ao final do presente exercício.

II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a) A preparação do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas intercalares, reportados a 30 de junho de 2024, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.





III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 01 de janeiro de 2024 a 30 de junho de 2024.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações ao órgão de gestão, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão da Qualidade ISQM 1 e, consequentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. No ativo não corrente destacam-se as rubricas de Ativos fixos tangíveis e de Ativos intangíveis (incluindo investimentos em curso), as quais representam, em conjunto, cerca de 61% do total do ativo líquido da entidade. Ressalvamos a necessidade de garantir a monitorização dos procedimentos de controlo interno instituídos e a implementação de melhorias que permitam um maior rigor da informação, quer no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos ativos e registo atualizado em ficheiro próprio, quer quanto às respetivas depreciações, ao cômputo dos montantes registados a título de trabalhos para a própria entidade e à imputação a rendimento dos subsídios ao investimento obtidos, incluindo o respetivo suporte documental subjacente.





2. O ativo da TUB sofreu uma diminuição de cerca de 10% em relação a 31 de dezembro de 2023, o que resultou fundamentalmente da diminuição ocorrida nas rubricas de outras contas a receber (subsídios ao investimento e devedores por acréscimos de rendimentos) e de estado e outros entes públicos (reembolsos de IVA).
3. Quanto ao passivo, constatámos que os financiamentos obtidos representam 41% do total do passivo e do património líquido da entidade e 54% do passivo total. Salientamos a importância de ao semestre reverem a divisão entre passivo corrente e não corrente.
4. A diminuição do passivo em cerca de 12% face a 31 de dezembro de 2023 deve-se sobretudo à evolução da já referida rubrica de financiamentos obtidos.
5. Em relação ao património líquido ressalvamos a importância de revisão e eventual regularização dos montantes associados aos subsídios ao investimento, tendo em conta a documentação de suporte existente e o efetivo nível de execução dos projetos subjacentes.

V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

Da conta de resultados salientamos os seguintes aspetos:

1. O resultado líquido do semestre passa de um montante negativo de 264 245 euros, no período homólogo, para um montante positivo de 192 012 euros, em 30 de junho de 2024.
2. Verifica-se um aumento das prestações de serviços na ordem dos 27%, em relação ao período homólogo.
3. A rubrica de gastos com o pessoal mantém-se como a mais significativa na estrutura de gastos da entidade, atendendo à natureza da atividade desenvolvida, ascendendo a cerca de 5 117 810 euros no primeiro semestre de 2024, representando um aumento de cerca de 19% face ao período homólogo.
4. Em termos gerais, reiteramos a importância de uma aplicação mais rigorosa do regime do acréscimo (periodização económica), pelo que os resultados podem divergir materialmente dos apresentados. É também fundamental a contínua revisão e ajustamento dos procedimentos de controlo interno da entidade, atendendo até aos





atuais riscos e desafios colocados pela efetiva implementação do novo normativo contabilístico, tal como já referido acima.

VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na abordagem deste capítulo limitamo-nos a breves comentários sobre a evolução de alguns rácios económico-financeiros, que entendemos relevantes para ilustrar a performance operacional e a situação patrimonial da entidade:

Rátios	jun/24	dez/23	Var. Abs.
Liquidez Geral (AC/PC)	0,91	0,94	-0,04
Autonomia Financeira (PL/A)	24%	22%	2 p.p.
Solvabilidade (PL/P)	32%	28%	4 p.p.
Endividamento (P/A)	76%	78%	-2 p.p.

Legenda: AC – Ativo corrente PC – Passivo corrente A – Ativo P – Passivo PL – Património Líquido

O rácio de liquidez geral, no final do primeiro semestre do ano 2024, apresenta valores inferiores à unidade, o que em termos práticos significa que os ativos correntes da entidade já não são suficientes para fazer face aos compromissos de curto prazo.

Em relação ao rácio de autonomia financeira, este aumenta cerca de 2 p.p. quando comparado com o período transato, e ascende a 24%. Quer isso dizer que apenas uma reduzida parcela do ativo é financiada pelo património líquido da entidade, sendo a maior parte financiada por capitais alheios.

No que respeita ao equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, e tendo em conta o rácio de solvabilidade, verificámos um aumento de 4 p.p. face a dezembro de 2023, na medida em que o passivo diminui mais, em termos relativos, do que o património líquido.

O rácio de endividamento, por seu lado, apresenta uma diminuição de 2 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2023 e ascende a 76%.

Os rácios descritos acima são reveladores da estrutura de capitais da entidade, na medida em que a maior parte do seu ativo é financiado por capitais alheios.

VII. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado, e apesar das limitações descritas nos pontos IV. e V. acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

disponibilizada pela entidade **TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.** para o período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2024, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente, apesar de o processo de implementação do SNC-AP ainda não se encontrar totalmente concluído.

Salientamos também que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração.

Braga, 5 de dezembro de 2024.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.
(SROC 153, CMVM 20161463)

